

CRISE NA SAÚDE, CPMF & ESTADO BRASILEIRO

Gilson Carvalho¹

Estamos em plena turbulência na saúde. Nunca foi tão exposta a insuficiência e ineficiência das ações e serviços públicos de saúde.

As greves, apontadas por alguns como causa, apenas são consequência de um lado do desfinanciamento e do cinismo administrativo. De outro lado, a velha questão da privatização do público, dos jogos corporativos e de descompromisso individual e coletivo com a sociedade e o ser humano provedor ou usuário da saúde.

Antes da Constituição de 1988 já se questionava a ineficiência do setor público de saúde. O Governo Militar e o, à época, Ministro, Delfim Neto, abriu as portas do financiamento público (FAS) para o setor privado de saúde se expandir para atender previdenciários. Mais, prometeu e concedeu retorno de parte da contribuição previdenciária às empresas que assumissem a saúde de seus trabalhadores. Com a universalização do direito à saúde pela CF de 1988 a população dependente do SUS praticamente triplicou. À ineficiência se soma cada vez mais a insuficiência. Só não podemos nos esquecer que fomos extremamente eficientes em decuplicar serviços de saúde no bojo da universalização iniciada no pré e garantida no pós constitucional. Em 2006 o SUS, com todos seus problemas, executou cerca de 2,5 bi de procedimentos, 600 mi de consultas, 2,1 mi de partos, 3,1 mi de cirurgias, 11,3 mi de internações etc. etc. Promoveu saúde, vacinou, preveniu doenças. Um SUS enorme e que persiste valente, valoroso, salvando vidas e ajudando inúmeros brasileiros a viverem mais e melhor... apesar de continuar insuficiente (principalmente de recursos financeiros) e com suas ineficiências sabidas e conhecidas.

Querem alguns reduzir o SUS a seus problemas. Não se vêem méritos e não se analisam mais profundamente as causas destas duas dimensões. Por que estourou tudo no mesmo momento: denúncias, greves, esculachos, vilipêndios? Por que nenhuma valorização do certo e bem veio entre os milhões de ações do SUS? Não obstante saber-se que as causas são múltiplas não podemos desapecebermo-nos de que o momento é de decisão no Congresso de se manter ou não a CPMF. Seria ingenuidade pensar que algum de nós quer mais impostos ou defenderia a permanência de algum, principalmente, daquele que os governos optaram por definir como provisório. Imposto, em todos os tempos e civilizações têm o amargo do fel!

¹ Gilson Carvalho - Médico Pediatra e de Saúde Pública - carvalhogilson@uol.com.br - O autor adota a política do copyleft podendo este texto ser copiado e divulgado, independente de autorização e desde que sem fins comerciais.

O que significa a CPMF hoje? A grosso modo é uma alíquota de 0,38% de toda movimentação financeira, sendo 0,20% destinado à saúde, 0,10% à previdência e 0,08% ao fundo de combate à pobreza. A previsão de arrecadação anual fica entre 30 e 40 bi de reais. Para a saúde é uma das três maiores fontes de recursos junto com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas - CSSLL e a Contribuição sobre o Financiamento Social - COFINS. As demais fontes representam muito pouco.

Os que sabem o significado maior da CPMF, desconversam não sabê-lo e esperneiam para que seja extinta. A CPMF se mostrou excelente para identificar quantitativo e caminho dos dinheiros o que pode inibir, em parte a sonegação do caixa dois. Além disto é o imposto-contribuição de menor perda e custo arrecadatário. Nós, pequenos contribuintes da CPMF, temos sido induzidos a engrossar as fileiras dos poderosos que lutam pela sua extinção. Incautos pois, podemos estar servindo de massa de manobra para garantir que os grandes contribuintes soneguem mais, protegendo interesses nem sempre claros e confessáveis. Muitos nos indignamos com o quase perene de uma contribuição de nome provisória, mas, temos que ser racionais e entender bem o que se passa.

De outro lado o Governo Federal, principalmente o anterior, mal tem moral para defender a CPMF, o que aumenta nossa indignação. Primeiro foi na era FHC que se cometeu um dos maiores "passa moleque" em nossa cidadania. Depois de anunciar aos quatro cantos que a introdução da CPMF seria para salvar a saúde, logo em seguida, após sua aprovação, foram diminuídas outras fontes de recursos da saúde levando a que a CPMF não trouxesse a real redenção do débito social. O argumento governamental à época, beirante ao cinismo, foi de que ele, governo, só falou mas, em nenhum lugar da lei escreveu que seria um dinheiro a mais para a saúde. Não sendo "a mais", ao colocar a CPMF na saúde, diminuiu as outras fontes!!! O famoso "seis por meia dúzia"! Não bastasse isto, naquele e neste Governo, 20% da CPMF sempre foi retirada para outras despesas do Governo (DRU) antes dos recursos serem destinados à saúde, previdência e assistência social. Dos 0,20% para a saúde só chegam, a rigor, 0,16%.

Já que parece impossível, de imediato, diminuir a carga tributária da CPMF, não perder a chance de negociar: prazos, redução progressiva e outros benefícios associados. A saúde deve negociar: CPMF com mais dinheiro para a saúde; repasse direto por coeficiente populacional (Lei 8080) a Estados e Municípios. CPMF só se associada à aprovação da regulamentação da Ec-29, o PLP 01-2003 com seus três eixos essenciais: cerca de 20 bi a mais para a saúde; confirmação do que são e o que não são ações e serviços de saúde; maior controle institucional e social.

Quem tem trabalho e renda, quem paga plano de saúde, quem paga escola e universidade, quem tem plano privado de previdência pode (ainda que não devesse) se preocupar menos com a presença destes serviços públicos suficientes e eficientes para a maioria. Hoje, sem nenhum planejamento e/ou controle de diminuição da carga tributária não são os governos que se prejudicam, mas os cidadãos que mais precisam das ações do Estado financiadas por nós todos. Precisamos CONTROLAR A SOCIEDADE E OS GOVERNOS para zerar corrupção e ineficiência e não diminuir recursos para as áreas sociais. Não deixemos nos induzir à ingenuidade e simplismo de pensar que, resolvida ineficiência e corrupção, a saúde não precisa de mais dinheiro! O discurso, propositadamente incorreto e, plantado de má fé, é de centrar o problema nesta dupla o que não nos pode pegar pela ignorância.

Omitir ou querer diminuir a importância da falta de dinheiro para a saúde é desconhecer que os planos de saúde gastam cerca de 2,5 vezes o que gasta o SUS per capita, não garantindo tudo e cuidando de pessoas em melhores condições gerais de vida. Outra é pensar no que gastam países desenvolvidos com saúde, pela paridade do poder de compra do dólar e que representam mais de cinco vezes o gasto público do Brasil.

Existem saídas para a saúde no Brasil e que têm que ser perseguidas por todos. Sintetizo em cinco grandes desafios: mais recursos, mais SUS, menos corrupção, mais eficiência e mais Brasil (desenvolvimento com justiça social).